

# Anais da Assembléia

CURITIBA, 10 E 13 DE MAIO DE 1974

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

##### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

### DIVISÃO DAS COMISSÕES

#### COMISSÕES TÉCNICAS

##### 7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Côrtes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovidio Franzoni — Quielse Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

##### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Elcy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

##### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacli — Borsari Netto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Couto de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

##### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Álvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovdio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Heroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin — SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quielse Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

## COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antônio Lopes Júnior — Álvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lélcio Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aguinaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antônio Maciel — Quielse Crisóstomo da Silva — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

**4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura**  
**Ata da 62ª Sessão (Extraordinária)**  
**Realizada em 10 de Maio de 1974 (Sexta-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima. Secretariada pelos Senhores Deputados Marciano Baraniuk e Leopoldo Jacomel.

As 9,30 horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quiesse Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva. (41). — Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Muggiati Filho — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — João Fadel — Olavo Ferrera e Rosário Pitelli (6).

Verificada a existência de número legal o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à  
ORDEM DO DIA,  
com a presença de 41 de Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 87-73, que autoriza o Poder Executivo celebrar Convênio com o Município de Lobato, destinado à construção de um prédio para a Delegacia de Polícia local. **Aprovado**

Nada mais havendo a tratar, declara encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 13 às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 11-74.

Levanta-se a Sessão.

**4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura**  
**Ata da 63ª Sessão Ordinária**  
**Realizada em 10 de Maio de 1974 (Sexta-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Marciano Baraniuk e Paulo Poli.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Arizone Araújo — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quiesse Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva. (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados Muggiati Filho — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — João Fadel — Olavo Ferreira e Rosário Pitelli. (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente,

O Deputado que este subscreve, submete à Casa a votação de um voto de louvor e regozijo pela passagem, hoje, de mais um aniversário da emancipação política e administrativa de Maringá, um dos mais pujantes centros do Estado.

Outrossim, requer de se ciência ao Sr. Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1974.

a) Alvaro Dias.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente,

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer, o envio de veemente apelo ao Excelentíssimo Senhor Superintendente do I.N.P.S., desta Capital, no sentido de que determine as providências urgentes e necessárias para o imediato início da cons-

trução das obras do prédio sede daquela autarquia, na cidade de Cascavel, visto que consta do documento de doação da área própria aquela construção, cláusula que a torna nula, em fins do corrente ano, além do que, tal obra se reveste de necessidade extrema aos fins da instituição naquela região.

Outrossim, requer se de ciência deste ao Senhor Prefeito Municipal de Cascavel e Associação Comercial e Industrial daquela cidade.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1974.

(a) Iris Mário Caldart.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente. Sr. Deputado Ivo Rocha.

O SR. IVO ROCHA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Em nosso discurso de hoje, queremos nos deter nessa matéria que se destaca no cenário econômico brasileiro, como uma das expressões de primeira grandeza: a SOJA.

Nós somos de uma região, Srs. Deputados, cuja produção de soja vem crescendo numa progressão impressionante. Somente para exemplificar, em termos concretos, no Município de Toledo, que temos a honra de representar nesta Casa, enquanto no ano de 1973 a produção acusou 1.800.000 sacas, a previsão para o ano de 1974 é da ordem de 2.500.000 sacas. E o entusiasmo dos outros Municípios da região corre paralelo com o entusiasmo dos produtores toledenses.

E o Paraná que se projeta cada vez mais no setor agrícola brasileiro, com uma expressão digna do maior destaque; é o Paraná que responde ao apelo do Governo Federal, que concitou os Estados da Federação a desenvolverem um programa, de fato, desenvolvimentista, apresentando-lhe os louros de uma vitória conquistada com enxadas e tratores, que são as armas deste País, o mais pacífico dos países do hemisfério.

Encontramo-nos, nesta época do ano, no auge da primeira colheita; como sempre acontece em tais oportunidades, surgem os primeiros desacertos e os primeiros descontentes com o preço que a soja vem obtendo nos mercados interno e externo: muitos desses descontentes, ou protestam ou se desencorajam. Muito embora esse descontentamento seja inteiramente válido, nós, que também somos produtores, vimos, desta Tribuna, reafirmar a nossa confiança e a nossa convicção de que os altos escalões, na esfera administrativa que orienta a economia brasileira, tomarão, em curto prazo, as necessárias medidas para que se defina um melhor entrosamento do sistema, tendo em vista o maior aproveitamento desse potencial econômico que está em plena efervescência em todo o sul do Brasil.

Eis por que apresentamos o seguinte Requerimento:

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após o ouvido o Plenário.

1.º — CONSIDERANDO o elevado valor alimentar, não só para a dieta humana, como para a animal, do milenar cereal chinês, a SOJA;

2.º — CONSIDERANDO que, além da alimentação, é altamente utilizada, na fabricação de produtos industriais, como plásticos, etc.

3.º — CONSIDERANDO a sua composição: 40% de proteínas — 20% de óleo comestível — 22% de farelo para a alimentação animal;

4.º — CONSIDERANDO que, de tal composição, depreende-se o alto valor alimentar do produto, mormente nas condições da carência atual e mundial de alimentos;

5.º — CONSIDERANDO o alto índice de mortalidade por carência alimentar, (principalmente por deficiência proteica) atualmente em todo o globo;

6.º — CONSIDERANDO QUE POUCOS SÃO OS PAÍSES QUE têm a felicidade de apresentar uma ecologia propícia ao desenvolvimento de tal cultura;

7.º — CONSIDERANDO que o Brasil, nesse espírito de felicidade, apesar de ainda ser um País jovem no cultivo desse cereal, desponta hoje como o 3.º produtor mundial, e o 2.º maior exportador;

8.º — CONSIDERANDO que o produtor brasileiro, recompensado com os preços conseguidos na comercialização da safra 72-73, redobrou esforços e sacrificios com a finalidade de garantir maior geração de divisas ao país, traduzidas por uma produção de 7.000.000 de toneladas da leguminosa, na presente safra de 1974;

9.º — CONSIDERANDO o elevado custo de produção desta safra de 1974, na ordem de aproximadamente Cr\$ 5.000,00 por alqueire de cultivo, determinado pelos altos custos do óleo combustível, da mão de obra, dos insumos, dos inseticidas, dos transportes, das máquinas e implementos agrícolas;

10.º — CONSIDERANDO que o baixo preço atual do produto — Cr\$ 50,00 por saca de 60 quilos, não compensa, em absoluto, o trabalho e o risco dispendido;

11.º — CONSIDERANDO o estado de insolvência dos produtores diante dos compromissos bancários assumidos, com o financiamento de suas culturas;

12.º — CONSIDERANDO que tal situação é praticamente insustentável diante da realidade dos fatos;

13.º — CONSIDERANDO o agravamento de tal situação, agora, com a ameaça da negativa de recebimento do produto, por parte das firmas compradoras, sob a alegação de que os portos marítimos e os graneleiros das fábricas já se encontram abarrotados do produto, ainda não comercializado com o estrangeiro;

14.º — CONSIDERANDO que a capacidade armazenadora das Cooperativas Agrícolas das regiões produtoras também está diminuindo consideravelmente, face ao abarrotamento maior, cada dia que passa;

15.º — CONSIDERANDO que a colheita da presente safra ainda não está totalmente concluída;

16.º — CONSIDERANDO que os produtores que têm conseguido entregar a sua soja às firmas compradoras, o tem feito sob a condição de ultimarem o fechamento das operações de venda até a data máxima de 30 de junho do corrente ano, ao preço do dia;

17.º — CONSIDERANDO que as empresas compradoras nada mais são do que empresas multinacionais, a nosso ver responsáveis pelo atual estado de coisas, com implicações sérias à economia da Nação;

18.º — CONSIDERANDO não ser válida a alegação de que o excedente da safra americana é a responsável por tais ajustes, já que esses excedentes não ultrapassam 12.000.000 de toneladas, frente a uma demanda mundial muitas vezes superior a este volume;

19.º — CONSIDERANDO que as recentes inundações no vale do Mississipi região produtora de soja nos Estados Unidos, trarão reflexos negativos à safra daquele país, no corrente ano;

20.o — CONSIDERANDO as dificuldades que estão sendo encontradas pelos agricultores na obtenção de financiamento ao custeio das lavouras de trigo, face aos débitos contraídos no custeio do soja, ainda não saldados;

21.o — CONSIDERANDO ser inevitável e altamente prejudicial ao produtor o fechamento ao preço aviltante de Cr\$ 50,00 por saca de soja, para saldar os financiamentos obtidos junto às casas bancárias;

22.o — CONSIDERANDO que tais dificuldades vêm gerando desestímulo de difícil recuperação ao agricultor, mormente quando povo e Governo anseiam pelo aumento da produção agrícola nacional, principalmente do trigo, para o que se procura desesperadamente, a auto-suficiência;

23.o — CONSIDERANDO, finalmente, as insistentes conclamações da F.A.C. (organização das Nações Unidas que se preocupa com os problemas de alimentação de todos os povos), para que os poucos países como o Brasil, que têm condições de aumentar a sua produção de alimentos, o façam sob pena de se omitirem diante do grave flagelo da fome que, inexoravelmente, já destrói muitos seres humanos em várias partes do mundo.

#### REQUER

seja, após ouvido o Plenário desta Augusta Casa, oficiado aos Excelentíssimos Senhores General Ernesto Geisel, Digníssimo Presidente da República; Dr. Mário Henrique Simonson, Digníssimo Ministro da Fazenda; Dr. Alyson Paulinelli, Digníssimo Ministro da Agricultura; Dr. Severo Fagundes Gomes, Digníssimo Ministro da Indústria e Comércio, solicitando medidas efetivas e urgentes que visem:

1 — elevar substancialmente, o preço do soja nacional ao produtor;

a) — buscando a comercialização compensadora com países consumidores, ávidos do produto;

b) — incremento à implantação de indústrias nacionais visando o desdobramento do soja em toda gama de produtos alimentares que o cereal é capaz de fornecer, tais como carne sintética, queijos, etc., a exemplo do que se faz no Japão, Inglaterra, Estados Unidos para citar apenas esses três Países;

c) — instruir a população brasileira conscientizando-a da importância do soja na alimentação humana, aumentando, assim, o consumo interno;

2 — adotar medidas condescendentes para com os produtores de soja, liberando os financiamentos para o custeio da lavoura de trigo, que se faz iminente, independentemente de débitos ainda existentes, e que tenham sido gerado com o custeio da lavoura do soja;

3 — prorrogar pelo prazo mínimo de 90 dias, todos os débitos bancários contraídos com o custeio da cultura do soja, safra 73-74.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 264-68, que declara de Utilidade Pública, o Rotary Club da Cidade de Rio Negro. — Aprovado.

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 98-73, que denomina Grupo Escolar "Francisco da Silva Leal", o atual Grupo Escolar de Santa Amélia. — Aprovado.

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 99-73, que denomina de "Ginásio Estadual Carlirio Gomes dos Santos", o atual Ginásio Estadual de Santa Amélia. — Aprovado.

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 115-73, que autoriza o Poder Executivo criar uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na sede do Município da Lapa e dá outras providências. — Aprovado.

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 118-73, que autoriza o Poder Executivo construir, através da Secretaria de Obras Públicas, o prédio para funcionamento da Escola Normal Irene Rikii, sediada no Município de Cascavel. — Aprovado.

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 123-73, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Ibiaporã, tratores que especifica, inservíveis e pertencentes à Secretaria de Agricultura. — Aprovado.

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 130-73, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá, sediada na Cidade de Paranaguá. — Aprovado.

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 136-73, que declara de Utilidade Pública a Igreja Seicho-No-Ie do Brasil, com sede e foro na Capital do Estado de São Paulo. — Aprovado.

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 140-73, que autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Técnica de Comércio na Cidade de Pérola para instalação e funcionamento no ano letivo de 1974. — Aprovado.

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 180-73, que autoriza o Poder Executivo transferir para jurisdição da circunscrição de Trânsito do Município de Maringá, o serviço de trânsito dos Municípios de Itaguagé, Santa Inez e Santo Inácio. — Aprovado.

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 181-73, que cria aposentadoria ao final de carreira, aos Expedicionários da Marinha Mercante, Marinha de Guerra, Aeronáutica e Exército, que prestaram serviços ao Estado do Paraná. — Aprovado.

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 185-73, que autoriza o Poder Executivo conceder incentivos às Indústrias que vierem a se instalar no Estado do Paraná e dá outras providências. — Aprovado.

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 186-73, que objetiva considerar de Utilidade Pública, a Fundação Cultural de Curitiba, entidade dotada de personalidade jurídica própria, com sede e foro nesta Capital. — Aprovado.

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 187-73, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Instituição de Fraternitas, com sede no Jardim Primavera das Laranjeiras, Município de Piraquara. — Aprovado.

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 195-73, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente São José Operário, com sede e foro na Cidade de União da Vitória. — Aprovado.

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 204-73, que autoriza o Poder Executivo criar, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Cidade de Arapongas, um Curso de Jornalismo. — Aprovado.

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 258-73, que autoriza o Poder Executivo fazer o Seguro de todos os Veículos oficiais de seu uso e propriedade, na forma que especifica. — Aprovado.

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 287-73, que denomina Grupo Escolar Parigot de Souza, o atual Grupo Grupo Escolar Alto da Glória, da Cidade de Mandaguá. — Aprovado.

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 03-74, que declara de Utilidade Pública o Centro de Estudos de Comércio Exterior — CECEX. — com sede e foro nesta Capital. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando voto de louvor e regozijo pela passagem, do aniversário da emancipação política e administrativa de Maringá. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Iris Caldart, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Superintendente do INPS, no sentido de que determine as providências urgentes e necessárias para o imediato início da construção das obras do prédio sede daquela autarquia, na cidade de Cascavel. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Rocha, lido da Tribuna, solicitando seja oficiado aos srs. Presidente da República, Ministro da Fazenda, Ministro da Agricultura e Ministro da Indústria e Comércio, solicitando medidas efetivas e urgentes que visem elevar o preço do soja nacional ao produtor; a comercialização compensadora com países consumidores, ávidos do produto; a implantação de indústrias nacionais visando o desdobramento do soja em toda gama de produtos alimentares que o cereal é capaz de fornecer; instruir a população brasileira, conscientizando-a da importância do soja na alimentação humana. — Aprovado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem). Sr. Presidente. Gostaria que conferisse a oportunidade de dar um pronunciamento em explicação pessoal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Faço uso da Tribuna neste momento, para esclarecer aos srs. Deputados e a todos quanto tiveram preocupação com o problema que diz respeito a um pedido de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que deu entrada nesta Casa, para apurar uma situação que o Requerimento considera anômala e que diz respeito ao segmento rodoviário que vai em demanda ao Porto Ubá. Três empresas, segundo o Requerimento, três empresas do adjudicatário dessa obra e apenas duas estariam dando cumprimento ao cronograma, sendo que uma delas estaria, desde dezembro, sem atuação com relação aos seus compromissos contratuais.

Ocorre porém, Sr. Presidente, que há uma razão de ordem técnica e uma razão de ordem jurídica, que precisa ser devidamente esclarecida. E que existe uma legislação estadual, consubstanciada no Decreto 22.676, que diz respeito às normas relativas a revisão de preços para aplicação em contratos de obras, no serviço rodoviário a cargo do Departamento de Estradas de Rodagem, e que em seu teor diz o seguinte: — O total dos aumentos que mediante termo de aditamento, incidir ao valor inicial do contrato sem ser ajustados, fica limitado a 40% do mesmo.

Nesta obra, os valores e os preços unitários preliminarmente clausulados no reajuste de empreiteira da obra pública, foram insuficientes. Para que se desse cumprimento ao contrato, então este contrato tem necessidade de sofrer um aditamento de valor. Aditamento este que ficaria superior a 40%. Conforme cálculos procedidos pelo Departamento Estadual de Estrada de Rodagem, isto equivale a dizer que a firma, preceituado, pelo decreto Lei n.º 200, que tem aplicação nos Estados, só através de nova licitação seria possível dar continuidade à obra, salvo se a obra for de tal importância que juridicamente a sua retomada imediata considerado como urgentíssima, ao arbítrio do Sr. Governador do Estado, conforme preceitua o mesmo decreto-Lei 200. Resta saber então se esta obra teria ou não a urgência a que se refere o decreto 200, para que fosse retomada e fosse lançado o aditivo, sem nova licitação.

O Departamento Estadual de Estradas de Rodagem fez a indagação à Procuradoria Geral do Estado, ao seu próprio órgão técnico e ao próprio Governador do Estado, sem que contudo tivesse definida a sua posição.

Acredito que em face desta explicação, fique esclarecida a razão pela qual uma das empreiteiras que é adjudicatária da obra, não tem podido trabalhar em razão da ausência de horas de serviço; mas é exclusivamente por uma razão de ordem jurídica momentânea insuperável. Eu louvaria o zelo com que se houve o nobre Deputado Antônio Maciel, na tentativa de esclarecimento e eu próprio me associei a ele neste instante. Mas em face desta explicação de ordem jurídica, de ordem técnica, me parece que não se poderá inculpar o DER pelo atraso que vem ocorrendo na obra, em vista de uma legislação restritiva à atuação do DER.

Concluindo, apenas para esclarecer de uma forma resumida e sumária: O contrato desta empresa empreiteira, tem os seus valores unitários já esgotados; teria necessidade de novo aditamento; o novo aditamento supera a 40%, que é o máximo permitido pelo Decreto Estadual. Resta saber se a obra poderia ser considerada urgentíssima e poderia ser dispensada nova licitação.

É exatamente neste ponto em que se encontra o problema. Tenho a impressão que face a esta explicação, o nobre Deputado Antônio Maciel, teria se já não tem, outro posicionamento do problema.

O Sr. Antonio Maciel. — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, o nosso Requerimento não culpa imediatamente o DER. Ele pretende esclarecer esta situação. As informações a respeito, inclusive partindo da Secretaria de Transportes e do DER



tem sido muito contraditórias e é por esta razão que nós precisamos desta Comissão e nunca passou por nossa cabeça pensar que a culpa fosse do DER ou da firma empreiteira. Aliás, isto afirmei da Tribuna. Sabemos também que esta obra, quando se abriu a primeira concorrência, foi feita com um preço unitário aproximadamente estimativo. É porque não havia o projeto técnico completo, ainda no Governo de Paulo Pimentel. E quando do momento da contratação da obra já havia o projeto técnico e determinava preço muito acima daquele preço unitário aliatório e estimativo no início. Não sei por que razão o próprio Conselho do DER, o Conselho Rodoviário não aceitou o preço que ele havia determinado no departamento de implantação básica. Daí surgiu esta situação. Já sabemos, depois de apresentação do Requerimento, que a firma construtora tem serviço feito, medido e aceito pelo DER no valor acima de um milhão de cruzeiros, sem a forma jurídica legal, sem contrato, isto é tem um milhão de cruzeiros em obras realizadas em descoberto no DER.

Diante disto queremos reafirmar e mesmo solicitar ao Líder do MDB e ao da ARENA para que possamos, logo que a Secretaria nos informar se há ou não cinco Comissões de Inquérito na Casa, dar início a este trabalho para que seja apurado e para que os serviços da Secretaria de Transportes e do DER sejam aperfeiçoados. O próprio Governador, quando foi instalado o Governo em Apucarana, onde foram apresentadas três reivindicações, transmitiu informações dadas pelo DER e que são muito diferentes destas que V. Exa. apresenta neste momento. Por esta razão a nossa posição é uma posição tranquila, de sermos úteis e procurarmos esclarecer para que assim a região seja mais rapidamente atendida.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — É evidente que nunca puz em dúvida a legitimidade da sua pretensão. Também não duvidei da honestidade dela e ela tenho certeza, se resume apenas na tentativa de dar uma definição ao problema.

Li o Requerimento que pretende encaminhar à autarquia rodoviária do Estado do Paraná. Só faria um pequeno reparo ao aparte para dizer que o fato da empresa empreiteira já ter serviço medido e faturado na ordem de um milhão de cruzeiros, não desnatura o termo da empreitada. O que a legislação proíbe é que os preços excedam em 40% o valor dos contratos, que é o que está acontecendo naquela obra. Há necessidade de um aditamento ao contrato cujo aditamento supera 40%.

O Sr. Antônio Maciel — Só para esclarecer, o aditamento de 40% a uma concorrência feita no Governo de Paulo Pimentel está superada em todos os aspectos. É uma concorrência feita em 70 e a obra realizada em 73, não se justifica legalmente o valor da concorrência inicial. É uma obra cuja concorrência foi feita em 70 e foi dada ordem para o início em 72, 73. Praticamente, a primeira concorrência estaria caducada.

Confesso a V. Exa. que, realmente, não entendi bem seu reparo. Mas não é possível fugir dos termos frios da lei. Lamentavelmente, a legislação está posta nestes termos. Porque, a legislação permite que só depois de iniciar a obra é que o reajuste começa a ser computado, quer dizer o LO é a partir do início da obra; mas os preços serão os mesmos previstos na data da assinatura do contrato. E este não pode sofrer acréscimo de 40 por cento, só com nova licitação. O que, evidentemente, retardaria a obra.

Mas o curioso, nobre Deputado, é que esta mesma obra já tem licitação para serviços de pavimentação. Sabe V. Exa. que o DER, através da Secretaria dos Transportes, já pôs em licitação o trecho para pavimentação, prova evidente de que o DER está com o máximo interesse para concluir a obra. Lamentavelmente, sobre a obra, pendem um problema de ordem jurídica, cuja solução ainda não se deu. Acredito que em face da insistência e do zelo de V. Exa., logo teremos solução. Mas, que fique patente que pendem, exclusivamente, um problema de ordem jurídica.

O Sr. Maurício Fruet — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, poderia V. Exa. informar se o atual Governador do Estado, dentro do que dispõe a lei, a lei que V. Exa. aludiu, não autorizou a construção, ou o prosseguimento de determinados contratos, sem licitação, tendo em vista o caráter urgentíssimo de alguma obra porventura efetuada pelo DER?

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Não sei se já ocorreu precedente. Sei que nesse mesmo trecho, as duas empreiteiras já tiveram contrato licitado, porque o volume não supera 40 por cento. Então, estava perfeitamente ao abrigo da lei. Outro trecho que o Governador tenha concedido, desconheço. Acredito que não tenha. De qualquer maneira, procurarei saber e trarei o fato a V. Exa.

Sr. Presidente, agradeço a deferência especialíssima de V. Exa. em me conceder o uso da Tribuna.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 13, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 207-73, 208-73 e 215-73.

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 223-73 e 230-73.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 225-73.

Levanta-se a Sessão.

#### 4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura

##### Ata da 64ª Sessão (Extraordinária)

Realizada em 13 de Maio de 1974 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Iris Caldart.

As 14.00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Álvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quiesle Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (47).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 11-74, que aprova termos do Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 15, às 14.00 horas com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 11-74.

Levanta-se a Sessão.

#### 4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura

##### Ata da 65ª Sessão Ordinária

Realizada em 13 de Maio de 1974 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Emilio Carazzai e Muggiati Filho.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Álvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quiesle Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (47).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura de seguinte

#### EXPEDIENTE:

#### OFÍCIO:

Sob o n.º 67.74, do Senhor Governador do Estado, solicitando desta Casa, em conformidade com o preceito contido no art. 22, inciso I, "in-fine", da Constituição Estadual, autorização para afastar-se do País, por algumas horas, no próximo dia 17 do mês em curso, a fim de atender convite do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General ERNESTO GEISEL, no sentido de acompanhar aquela autoridade nas solenidades pertinentes à Empresa Binacional de Itaipu, a serem realizadas no Paraguai. — Ao conhecimento da Casa.

#### PROJETOS DE LEI:

##### PROJETO DE LEI N.º 60-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### Decreta:

Art. 1.º — Ficam criados, no Município de São João do Ivaí, os Distritos Administrativos de Godoy Moreira, Santa Lúzia da Alvorada e Luar.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1974.

(a) — Gilberto Carvalho.

E.T. — As divisas dos Distritos serão apresentadas posteriormente.

##### PROJETO DE LEI N.º 61-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade dos Usuários de Computadores e Equipamentos Subsidiários do Paraná, "SUCEU-PR", com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1974.

(a) — Ivo Thomazoni

#### JUSTIFICATIVA:

A Sociedade objeto deste Plano de Lei, entidade constituída sob a forma de sociedade civil, sem fins lucrativos, tem por finalidade incentivar as relações entre as empresas usuárias ou proprietárias de computadores e equipamentos subsidiários: promover convênios entre seus associados no sentido de possibilitar auxílio mútuo dos equipamentos em caso de necessidade; amparar os interesses das empresas associadas perante os poderes públicos e quaisquer entidades de direito público ou privado, visando a segurança e o desenvolvimento de suas atividades; realizar e estimular estudos relacionados com a utilização de computadores e equipamentos subsidiários; empreender, e bem assim realizar em conjunto, serviços que sejam de interesse das empresas associadas, diligenciar no sentido de melhorar os métodos de admi-

nistração e desenvolver as possibilidades de processamento das empresas associadas; estimular, mediante a divulgação dos benefícios a utilização por terceiros dos serviços de processamento de dados; a sociedade é de caráter a político-partidário, sem distinção de raça, credo ou cor; e pugnar pela observância de alto nível ético entre os associados no que tange à consecução de clientes à política salarial sem que isso, entretanto, importe em limitação à liberdade de cada empresa, na administração de seus negócios.

A sociedade dos Usuários de Computadores e Equipamentos Subsidiários do Paraná congrega como associadas entidades que pugnam pelo engrandecimento econômico-financeiro e industrial do Paraná e Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Odilon Reinhardt.

O SR. ODILON REINHARDT — Sr. Presidente Srs. Deputados.

(Lendo): "Receberá o Paraná, nas próximas horas, a tão esperada visita do ilustre Senador Petrônio Portella, honrado pelo Presidente da República com a responsabilidade de encaminhar o problema sucessório nos diversos Estados da Federação. Desta missão, cujo âmbito se estende agora ao nosso Estado, vem se desincumbindo satisfatoriamente o Presidente Nacional da ARENA ao longo de sucessivas jornadas através de todo o território brasileiro.

Neste momento, aproxima-se o dia do Paraná. Dia tão ansiosamente aguardado nas últimas semanas por todos quantos possuem condições de servir ao Paraná no posto supremo, ou pelo menos de opinar, de sugerir nomes, de revidar, de lutar por um ou por outro de contribuir, afinal, para que não se interrompa o ritmo de desenvolvimento do Estado, para que não se apague a imagem positiva que hoje apresentamos à Nação, graças aos poucos meses da administração Emílio Gomes.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, acredito que cessou a hora do debate estéril da legitimidade do processo de escolha. Ele está aí, diante de nós e é inevitável, pois emana dos superiores desígnios do Sr. Presidente da República.

A nossa tarefa agora é colaborar para que a missão Portella no Paraná apresente resultado coincidente com os altos e superiores interesses do Estado. Que as consultas se coadunem com os tempos novos de um novo Paraná.

O futuro se nos apresenta pródigo de possibilidades e o presente é o de um Paraná ativo, atuante, forte e pujante política e economicamente. Só há razões para otimismo, em um momento histórico da vida nacional, quando voltamos a fornecer homens para diversas funções públicas do País, a principiar pelo grande Governador que foi Ney Braga, hoje Ministro da Educação e Cultura, do quarto Governo Revolucionário.

Os motivos, repito, são de satisfação, de verdadeiro orgulho por sermos paranaenses, quando vemos o Estado respeitado além de suas fronteiras unido sua recente expressão política nacional à sua reconhecida contribuição econômica para com o País.

E, assim, um dever de justiça, um imperativo de consciência, uma obrigação dos homens públicos, o reconhecimento e a gratidão aos que tornaram possível esta transformação do Paraná aos que o conduziram hábil e sabiamente a um novo destino, repleto de possibilidades e pródigo de ofertas de participação aos que querem trabalhar e progredir.

E eu afirmo e não hesito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em dizer que as gerações futuras de paranaenses haverão de perpetuar a obra do Governador Emílio Gomes e que pelos tempos à fora se dirá que foi ele o homem certo, no lugar certo, no momento certo.

Foi ele o verdadeiro restaurador do otimismo e da confiança de nossa gente, o elo de união entre as diversas correntes divergentes de nossa vida pública. Estabeleceu o Sr. Governador Emílio Gomes a necessária e imprescindível equilíbrio de harmonia entre os Poderes constituídos, do Estado, injetou vitalidade ao espírito sempre empreendedor dos diversos setores da iniciativa privada, tem movimentado e mobilizado o Paraná, e os paranaenses. Soube, afinal, convocar atodo s para a grande tarefa de construção de um grande Estado e de um grande País.

No relacionamento com a classe política, da qual é oriundo, e não esquece suas origens, o Governador Emílio Gomes foi indubitavelmente auxiliado e muito, pelo ex-titular da Secretaria do Interior e Justiça, o hoje Senador Octávio Cesário. É preciso que façamos o reconhecimento do trabalho também deste extraordinário homem público, articulador da paz política no primeiro período do Governo Emílio Gomes.

Com efeito, de nada adiantaria prosseguirmos nos esforços para recuperação da imagem do Estado, além-fronteira, se internamente não houvesse o clima de tranquilidade e o espírito de colaboração dos homens públicos e dos amplos setores representativos. Seria mesmo um desperdício de tempo, se aqui, entre nossas limitações geográficas, continuássemos a campear a hostilização. Neste apaziguamento, nesta soma de trabalho em prol do Estado, na convocação de todos na reimplantação do diálogo, contou Emílio Gomes com o auxílio importante de um autêntico político, no setor mais adequado, o Senador Octávio Cesário, então titular da Pasta política.

Agora, quando me refiro ao novo Paraná e ao trabalho do Governador Emílio Gomes, não posso omitir a participação do Sr. Octávio Cesário neste processo cívico de recuperação do tempo perdido, na luta para se produzir mais, em menos prazo, no restabelecimento da confiança.

Quero relembrar Sr. Presidente, Srs. Deputados, sua capacidade inusitada de unir; sua predisposição ao diálogo e sua grande lealdade e coerência ao Ministro Ney Braga de quem foi Secretário do Trabalho e Assistência Social, no Governo do Paraná; de quem foi chefe de gabinete, no Ministério da Agricultura do Governo Castelo Branco e de quem foi suplente no Senado da República.

Enfatizo, afinal, os contactos que manteve em nome do Executivo com a classe política paranaense, sem discriminações, pois como ele próprio já o disse encara a "política como a arte e a ciência de servir". E mais: sua conscientização de que é preciso o trabalho constante em benefício do Estado, reconhecendo que "nós passaremos, o Paraná fica". A promoção do Sr. Octávio Cesário ao Senado foi seguramente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um ponto a mais em sua carreira política e sua passagem pela equipe de Emílio Gomes uma demonstração da capacidade do Governador de escolher os homens.

A estes homens, a todos os demais participantes do esforço que se desenvolve no Paraná desde agosto de 1973, muito devemos e somos mesmo credores de enorme gratidão, como o é o próprio Estado.

Não devemos agora nos omitirmos, quando para aqui vem o Senador Portella. Ao contrário, devemos refletir este clima ora propício ao diálogo que foi sedimentado em poucos meses, provocando a entusiástica participação de todos os setores, atentos a qualquer apelo governamental. É o que tem ocorrido nas sucessivas campanhas do Governador Emílio Gomes, pela produção

e pela produtividade, é o que se nota na receptividade e correspondência às solicitações de trabalho.

Esta imagem nova deve ser preservada. Ainda na última semana, reflexo da expressão do Estado, aqui estiveram os Ministros Maurício Rangel Reis, do Interior, iniciando no Paraná um vasto programa nacional de combate à erosão e o Ministro Shigeaki Ueki, de Minas e Energia. Na próxima sexta-feira, receberemos os Presidentes do Brasil, Ernesto Geisel e do Paraguai, Algreto Stroessner. Ainda ontem, era o Ministro dos Transportes, Dirceu Nogueira que nos visitava.

Tudo isto não é ocasional. Deve-se às positivas possibilidades hoje implantadas no Estado.

E é esta disposição, este otimismo, esta confiança inabalável nos Poderes públicos, que o Senador Petrônio Portella, deve encontrar, quando aqui desembarcar nas próximas horas para que sua tarefa seja facilitada e coincida a conclusão com o anseio comum de progresso e desenvolvimento de todos os paranaenses. Que retorne depois e leve ao Sr. Presidente da República, que em seguida nos visitará, a certeza de que o Paraná, seu povo, suas autoridades e sua classe política certamente acreditam que o sucessor do Sr. Emílio Gomes será como ele, tão propenso ao diálogo e tão disposto ao trabalho, um verdadeiro líder que prossiga na tarefa de bem conduzir o Estado e convocar e ser atendido por todos.

Certamente, o Paraná dará novamente o exemplo e o Brasil muito terá a ganhar!"

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE — Solicito do Sr. 1.º Secretário leitura do ofício que acabamos de receber do Sr. Governador do Estado.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lê o ofício):  
"Of. 67-74

Curitiba, 13 de maio de 1974.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de solicitar a essa Augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o preceito contido no art. 22, inciso I, "in-fine", da Constituição Estadual autorização para me afastar do País, por algumas horas, no próximo dia 17 a fim de atender convite do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General ERNESTO GEISEL, no sentido de acompanhar sua Excelência nas solenidades pertinentes à Empresa Binacional de Itaipu, a serem realizadas no Paraguai.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES  
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor  
Deputado JOÃO MANSUR  
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado  
N/ Capital"

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra no Pequeno Expediente ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Participamos anteontem, sábado, de uma reunião na cidade de Ivaiporã, reunião da Associação dos Municípios do Vale do Ivaí, onde tomamos conhecimento e transmitimos a todos os participantes daquela reunião, sobre o andamento da estrada Mauá-Faxinal, Faxinal-Porto Ubá, Porto Ubá-Ivaiporã.

Foi lamentável o que aconteceu na quinta-feira, quando se pedia nesta Casa a constituição de uma CPI para averiguação de 11 km de estradas no trecho entre Faxinal e Porto Ubá; quando se pedia a construção daquela Comissão com alegação de que a estrada estava paralisada e que não sabíamos o motivo daquela paralisação, creio eu que deveria haver assim um Pedido de Informação de como se encontrava aquela estrada; se a informação fosse contrária, deveria então ser feita aquela averiguação. Mas na quinta-feira, quando viajávamos para aquela região, recebemos um telefonema do Diretor do DER, dando-nos notícia de que havia sido aberta proposta para pavimentação do trecho Faxinal-Porto Ubá, e também proposta para terraplanagem e pavimentação do trecho Porto Ubá-Ivaiporã.

Já haviam sido abertas essas propostas, estava sendo pedido CPI para a averiguação do serviço de terraplanagem.

Dizia o Diretor que transmitíssemos e que seria também determinado ao Chefe do Distrito Rodoviário — 18.º Distrito — que lá comparecesse e que desse a notícia ao povo daquela região.

Foi motivo de alegria para o pessoal de Ivaiporã e de toda aquela região do Vale do Ivaí esta concorrência realizada, já recebida as propostas, alegando ainda o Sr. Diretor que, neste mês ainda será assinado um contrato para a execução de obras naqueles trechos de estradas e que serão iniciadas no próximo mês.

Foi esta estrada iniciada, graças não, à interferência minha direta, ou de quem quer que seja, mas graças à luta daquele laborioso povo da região do Vale do Ivaí que lutaram e souberam esperar, por muitos anos pelo maior desenvolvimento daquela região do Vale do Ivaí, haja visto a situação em que se encontra hoje a cidade de Ivaiporã, a segunda cidade na região do Vale do Ivaí que, com poucos anos de existência hoje desponta já como um dos grandes Municípios do Paraná, graças à luta daquele povo laborioso, luta que fez com que o Governo do Estado tomasse conhecimento do desenvolvimento daquela região, da sua produção e se interessasse pela pavimentação daquele trecho de estrada.

Queríamos trazer ao conhecimento desta Casa, da alegria e do entusiasmo do povo daquela região com esta notícia e pela atenção que o Governo do Estado vem dispensando neste setor, na região do Vale do Ivaí. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Fassa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.



Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 207-73, de autoria do Dep. Antônio Lopes Júnior, que autoriza o Poder Executivo denominar "Professor Altair Mongruel", um estabelecimento de Ensino do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — **Aprovado**.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 208-73, de autoria do Dep. Jorge Sato, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal no valor correspondente a 1 (um) salário mínimo regional, à viúva Vanil Cardoso Caparroz. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado**.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 215-73, de autoria do Dep. Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Salto do Itararé, um veículo marca "Willys", com características que especifica, pertencente à Secretaria de Agricultura. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado**.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 223-73, de autoria do Dep. Igo Losso, que declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica para Desenvolvimento Missionário, com sede nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo**.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 280-73, de autoria do Dep. Emílio Carazzai, que autoriza o Poder Executivo elevar para seis (6) salários mínimos da região de Curitiba, a pensão mensal da Senhora Sylvia Braga Munhoz da Rocha, viúva do ex-Governador do Estado, Caetano Munhoz da Rocha. Parecer favorável da C.F. e CONTRÁRIO da C.C.J. — **Rejeitado**.

O SR. EMÍLIO CARAZZAI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Vai se proceder a verificação de votação.

5 Srs. Deputados aprovam; 6 rejeitam. Não há quorum para votação, nem para prosseguimento da Sessão.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, considerando que inúmeros Srs. Deputados estão nos Gabinetes de despacho, requeiro a V. Exa. que autorize o Sr. 1.º Secretário a proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE — Deferida a questão de ordem. Solicito ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam a chamada nominal 23 Srs. Deputados.

Não há "quorum" para votação.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 225-73, de autoria do Dep. Aguiinaldo P. Lima, que autoriza o Poder Executivo estadualizar o Grupo Escolar "Castro Alves", do Distrito de Tupãnsi, Município de Assis Chateaubriand. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., com EMENDA. — **Encerrada a discussão**.

#### PROJETO DE LEI N.º 225-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a estadualização do Grupo Escolar "CASTRO ALVES", funcionando no Distrito de Tupãnsi, Município de Assis Chateaubriand.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

aa) — Dep. Aguiinaldo Pereira Lima

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 225-73

AUTOR: Deputado Aguiinaldo Pereira Lima

PARECER

De autoria do nobre Deputado Aguiinaldo Pereira Lima, o Projeto de Lei enfocado visa autorizar o Poder Executivo a proceder a estadualização do Grupo Escolar "Castro Alves", que funciona no Distrito de Tupãnsi, Município de Assis Chateaubriand, neste Estado.

Considerando oportuna a iniciativa do autor da Proposição, pelos benefícios que a medida irá trazer para o ensino da região, opino pela **Aprovação** do Projeto, com a Emenda anexa que atende a melhor técnica legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de outubro de 1973.

aa) — Antônio F. F. da Costa — Presidente

Igo Losso — Relator

Marciano Baraniuk

Ivo Thomazoni

Paulo Camargo

Ovidio Franzoni

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 225-73

O artigo 1.º passa a ter a seguinte redação:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar ao Sistema Estadual de Ensino, o Grupo Escolar "Castro Alves", que funciona no Distrito de Tupãnsi, Município de Assis Chateaubriand.

Sala das Comissões, em 17 de outubro de 1973.

aa) Antonio F.F. da Costa — Presidente

Igo Losso — Relator

#### Comissão de Finanças

##### Projeto de Lei n.º 225-73

AUTOR: Dep. Aguiinaldo Pereira Lima

PARECER

I — A presente iniciativa de lei do nobre Deputado Aguiinaldo Pereira Lima, visa estadualizar o Grupo Escolar Castro Alves, do Distrito de Tupãnsi, no Município de Assis Chateaubriand.

II — Do ponto de vista financeiro matéria de nossa competência para opinar, não encontramos qualquer óbice, porquanto trata-se de autorizar o Poder Executivo, razão pela qual nosso parecer é pela **aprovação**.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23-10-73.

aa) Quilise C. da Silva — Presidente

Francisco Escorsin — Relator

Antônio Lopes Júnior

João Fadel

#### Comissão de Instrução Pública

##### PROJETO DE LEI N.º 225-73

O Projeto de Lei em tela visa proceder a estadualização do Grupo Escolar "Castro Alves", do Distrito de Tupãnsi, Município de Assis Chateaubriand.

Somos pela sua **aprovação**, na forma da EMENDA oferecida pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 22 de novembro de 1973.

aa) Antonio Lopes Júnior — Presidente

Olavo Ferreira — Relator

Ivo Thomazoni.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 14, terça-feira, à Hora Rimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

Votação em 2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 280-73.

Votação em 1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 225-73.

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 223-73.

1.a Discussão — dos Projetos de Lei n.ºs 226-73, 232-73 e 25-74.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — (Pela Ordem) Sr. Presidente, deverá chegar amanhã em nossa Capital, o sr. Petrônio Portela, Presidente Nacional da ARENA.

Por isso solicitaria de V. Exa., após ouvido o Plenário, a suspensão da Sessão no dia de amanhã, a fim de que os srs. Deputados pudessem recepcionar a ilustre figura que virá nos visitar.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Requerimento do Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes. — **Aprovado**.

Fica, por conseguinte, transferida a Sessão para depois de amanhã, com a mesma Ordem do Dia já anunciada.

Levanta-se a Sessão.

#### ATAS DAS COMISSÕES:

##### Comissão de Redação

##### 7.a Legislatura — 4.a Sessão Legislativa

##### Ata da 9.a Reunião Ordinária

Aos dez dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e setenta e quatro, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Iris Caldart. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o deputado Basílio Zanusso apresentou redação final do Projeto de Lei de n.º 03-74, de autoria do deputado João Mansur, que declara de utilidade pública o Centro de Estudos de Comércio Exterior CECEX, com sede e foro nesta Capital. APROVADA. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélío Guimarães Sotto-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

aa) IRIS CALDART — Presidente

Lélío G. Sotto-Maior — Secretário

##### Redação Final do Projeto de Lei n.º 03-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica declarado de utilidade pública o Centro de Estudos de Comércio Exterior do Paraná — CECEX, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 9-5-74.

aa) IRIS CALDART — Presidente

BASILIO ZANUSO —

LAZARO DUMONT —

Relatores